

O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS:

um Estado do Conhecimento sobre juventude, trabalho e
formação profissional ¹

THE YOUNG APPRENTICE PROGRAM IN BRAZILIAN ACADEMIC RESEARCH:

A State of Knowledge on youth, work, and vocational education

Jaíne Motta Santana Abrahan ⁱ

Guilherme Ribeiro Rostas ⁱⁱ

RESUMO: O artigo apresenta um estudo do tipo *estado do conhecimento* sobre o Programa Jovem Aprendiz no Brasil, no período de 2014 a 2024. O estudo teve como objetivo identificar tendências, referenciais teóricos e lacunas nas produções acadêmicas que abordam a aprendizagem profissional como política pública de inserção laboral juvenil. A metodologia fundamentou-se em Morosini, Santos e Bittencourt (2021), adotando critérios de busca e análise sistematizados em bases nacionais. Os resultados revelam a predominância de abordagens centradas na empregabilidade e na adaptação às demandas produtivas, evidenciando a necessidade de perspectivas críticas que articulem educação, trabalho e formação humana.

Palavras-chave: Educação profissional. Trabalho. Políticas públicas. Programa Jovem Aprendiz.

ABSTRACT: The article presents a state-of-the-art review on the *Programa Jovem Aprendiz* in Brazil, covering the period from 2014 to 2024. The study aimed to identify trends, theoretical frameworks, and gaps in academic productions that address professional learning as a public policy for youth labor insertion. The methodology was based on Morosini, Santos and

¹ Este artigo baseia-se na elaboração do estado do conhecimento realizada em tese de doutoramento (em fase de construção) baseando-se em Morosini, Santos e Bittencourt (2021).

Bittencourt (2021), adopting search and analysis criteria systematized in national databases. The results reveal a predominance of approaches focused on employability and adaptation to productive demands, highlighting the need for critical perspectives that articulate education, work, and human development.

Keywords: Vocational education. Work. Public policy. Young Apprentice Program.

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem profissional tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma das principais estratégias de inserção juvenil no mundo do trabalho no Brasil. Instituído pela Lei nº 10.097 (Brasil, 2000), o Programa Jovem Aprendiz (PJA) busca articular formação teórica e prática laboral, possibilitando ao jovem o desenvolvimento de competências profissionais e a inserção em empresas de diferentes setores. Entretanto, o avanço das políticas de aprendizagem ocorre em meio a um contexto de profundas transformações sociais, econômicas e educacionais, caracterizadas pela intensificação das dinâmicas neoliberais e pela crescente flexibilização das relações de trabalho.

Neste cenário, compreender como o PJA tem sido estudado na produção científica brasileira constitui tarefa essencial para avaliar o modo como a educação profissional e tecnológica vem sendo pensada enquanto política pública voltada às juventudes. A despeito de sua relevância social, constata-se a ausência de revisões sistemáticas que reúnam, analisem e interpretem o conhecimento já produzido sobre o tema, revelando tendências, abordagens teóricas e lacunas investigativas.

Para buscar preencher a essa lacuna, o presente artigo apresenta uma pesquisa voltada a metodologia do estado do conhecimento. Essa modalidade de pesquisa, conforme fundamentam Morosini, Santos e Bittencourt (2021), tem por finalidade mapear, descrever e analisar criticamente a produção acadêmica de determinado campo, constituindo-se como um dispositivo de sistematização e de reflexão sobre o saber produzido. Diferente de uma simples revisão, o estado do conhecimento busca produzir uma visão panorâmica e analítica da área, permitindo identificar continuidades, rupturas e emergências no debate científico.

A relevância epistemológica dessa metodologia reside em sua capacidade de “desbloquear a produção científica”, nas palavras de Morosini, Santos e Bittencourt (2021), possibilitando que pesquisadores e pesquisadoras compreendam os caminhos e sentidos do conhecimento construído, situando-se criticamente diante dele. Assim, realizar um estudo de estado do conhecimento não é apenas descrever o que já foi produzido, mas interpretar o conjunto das pesquisas como expressão histórica de um campo em movimento, revelando os paradigmas teóricos que o sustentam e as ausências que o limitam.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral mapear e analisar a produção acadêmica sobre o PJA no Brasil, buscando compreender como a aprendizagem profissional tem sido representada nas pesquisas científicas e quais perspectivas teóricas orientam essa produção.

Especificamente, pretende-se: (a) identificar tendências e recorrências temáticas nas pesquisas sobre o PJA; (b) examinar os referenciais teóricos predominantes e suas aproximações com o campo da Educação e do Trabalho; e (c) apontar lacunas e potencialidades de investigação que possam contribuir para o avanço crítico da temática.

O estudo se justifica pela necessidade de compreender o papel da pesquisa em educação na consolidação de políticas públicas voltadas à formação de jovens trabalhadores, em um contexto de crescente mercantilização do trabalho e da educação. Além disso, contribui para o fortalecimento do debate teórico sobre a aprendizagem profissional, ao reunir e interpretar sistematicamente a produção científica existente, em consonância com as proposições metodológicas de Morosini, Santos e Bittencourt (2021).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação teórico-metodológica

A presente pesquisa ancora-se na metodologia de estado do conhecimento, compreendida como uma forma de investigação bibliográfica sistemática que tem por objetivo mapear, descrever e analisar criticamente a produção científica de determinado campo ou temática. De acordo com Morosini, Santos e Bittencourt (2021), essa abordagem constitui uma prática científica essencial no âmbito da Educação, por permitir a compreensão da dinâmica epistemológica de uma área e das tendências que orientam sua consolidação enquanto campo de saber.

O estado do conhecimento diferencia-se de outros tipos de revisão por seu caráter analítico e interpretativo. Mais do que reunir estudos existentes, busca compreender como e por que os temas são investigados, quais referenciais teóricos se tornam hegemônicos e quais dimensões permanecem marginalizadas na produção científica. Conforme assinalam Morosini, Santos e Bittencourt (2021, p. 43), trata-se de uma metodologia que “revela o percurso histórico da pesquisa, evidenciando as condições de produção do conhecimento e suas articulações com as políticas e práticas sociais”.

Com base nessa concepção, esta investigação fez uso do estado do conhecimento para lançar um olhar analítico sobre o PJA, compreendendo o período de 2014 a 2024 – adotado porque a pesquisa teve início em 2024 e buscou-se contemplar a produção acadêmica dos dez anos anteriores, garantindo a análise de materiais recentes e alinhados às discussões contemporâneas sobre o tema, como etapa de fundamentação do estudo. O levantamento foi desenvolvido em duas fases: a primeira, voltada à identificação de artigos científicos em bases de periódicos; e a segunda, dedicada à busca de teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação brasileira.

Na primeira fase, a busca foi conduzida por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como filtros, no campo “assunto”, os termos “jovem aprendiz” ‘AND’ “educação”. Foram considerados os trabalhos publicados nos

últimos dez anos² (2014–2024), totalizando cinco artigos. Todos apresentaram relação direta ou indireta com o tema da tese, compondo o corpus inicial de análise.

Na segunda fase, a busca foi ampliada para a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores “jovem aprendiz” ‘AND’ “educação”, limitados a produções publicadas entre 2014 e 2024 e contendo os termos, ao menos, nos resumos. Nessa etapa, foram encontrados 35 resultados, sendo 7 teses e 28 dissertações. Após a leitura dos resumos, verificou-se que 26 trabalhos apresentavam relação direta com o tema desta pesquisa, resultando, após a exclusão de uma duplicação, em 25 estudos válidos para leitura aprofundada.

Os nove trabalhos descartados foram excluídos por não se adequarem à abordagem proposta — quatro pertenciam a outras áreas de conhecimento (Teologia, Literatura e Filosofia), e cinco tratavam de temáticas desvinculadas da discussão sobre aprendizagem profissional e juventude. Ressalta-se que tal exclusão não reflete juízo de valor sobre a relevância dos estudos, mas apenas sua não pertinência aos objetivos específicos desta investigação.

Com o intuito de ampliar a análise e identificar possíveis lacunas teóricas relacionadas à reflexividade na prática formativa, realizaram-se novas buscas com os descritores “reflexão na prática” ‘AND’ “aprendizagem” ‘AND’ “educação profissional”. Na BDTD foram localizados três trabalhos. Já no Portal de Periódicos CAPES, a busca inicial com esses descritores não apresentou resultados; portanto, ajustaram-se os termos para “reflexividade” ‘AND’ “educação profissional” ‘AND’ “aprendizagem”, sem aspas, o que gerou 20 resultados, dos quais 11 artigos foram mantidos para análise aprofundada, em virtude de sua aderência à temática central da pesquisa.

Os estudos descartados, nesta etapa, abordavam temáticas divergentes, como práticas pedagógicas em áreas da saúde (fonoaudiologia e fisioterapia), educação infantil e formação docente, não apresentando relação direta com o objeto da tese que é parte aprofundada que levou à construção deste artigo. Além disso, foram desconsiderados trabalhos publicados há mais de dez anos, respeitando o recorte temporal adotado nesta pesquisa (2014–2024).

Após a leitura exploratória e analítica dos textos selecionados, procedeu-se à categorização dos trabalhos conforme seu enfoque principal, resultando em quatro eixos temáticos:

- a) Inserção no mercado de trabalho;
- b) Política pública;
- c) Ensino e aprendizagem;
- d) Reflexividade.

Essa classificação possibilitou a sistematização e a análise interpretativa da produção científica, orientando a construção do referencial teórico e o delineamento das discussões apresentadas nas seções seguintes.

Conforme salientam Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento não se limita à descrição dos estudos existentes, mas atua como um instrumento de reflexão crítica, capaz de

² Critério utilizado como os últimos dez anos a partir do início da coleta.

“introduzir novos elementos de análise e contribuir para a consolidação de campos de investigação emergentes” (p. 67).

Assim, esta etapa metodológica assume caráter estruturante na pesquisa em andamento, pois fornece as bases empíricas e teóricas necessárias para a compreensão das tendências e lacunas que permeiam o debate acadêmico sobre o PJA, articulando educação, trabalho e formação profissional no contexto das políticas públicas brasileiras.

Assim, o processo metodológico envolveu as seguintes etapas:

- a) busca e seleção das produções conforme os descritores definidos;
- b) leitura exploratória e analítica dos resumos e textos completos;
- c) categorização temática segundo eixo de abordagem (inserção no trabalho, políticas públicas, formação e reflexividade);
- d) análise interpretativa dos referenciais teóricos e das contribuições dos estudos.

Quadro 1 - Síntese do processo de busca e seleção dos estudos (2014–2024)

Etapa do processo	Descrição
Identificação inicial	Produções localizadas no Portal de Periódicos CAPES, a partir dos descritores “jovem aprendiz” e “educação”
Identificação ampliada	Produções localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores “jovem aprendiz” e “educação”
Triagem	Leitura dos resumos para verificação de aderência ao tema da aprendizagem profissional e juventude
Exclusões	Trabalhos excluídos por não pertencerem à área da Educação ou por não tratarem do Programa Jovem Aprendiz
Ajustes complementares	Busca adicional com os descritores “reflexividade”, “educação profissional” e “aprendizagem”
Corpus final	Produções analisadas em profundidade (artigos, dissertações e teses), organizadas em quatro eixos temáticos

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ao adotar essa metodologia, reconhece-se que o estado do conhecimento cumpre dupla função: de um lado, sistematiza o que já foi produzido, e, de outro, ilumina os caminhos ainda não percorridos pela pesquisa. Como apontam Morosini, Santos e Bittencourt (2021), esse tipo de estudo “desbloqueia o conhecimento científico” ao oferecer uma leitura crítica e contextualizada da produção, favorecendo o avanço teórico e metodológico do campo.

Assim, a fundamentação metodológica aqui adotada orienta-se pela perspectiva de que a sistematização da produção acadêmica não é um exercício meramente técnico, mas um processo reflexivo que envolve a compreensão das condições históricas, políticas e epistemológicas que moldam o fazer científico. Ao investigar as pesquisas sobre o PJA, o presente artigo busca contribuir para a

consolidação de um olhar crítico sobre as inter-relações entre educação, trabalho e juventude no contexto brasileiro.

2.2 Panorama da produção acadêmica

O levantamento bibliográfico realizado entre os anos de 2014 e 2024 resultou em um elevado conjunto de produções acadêmicas diretamente relacionadas ao tema da aprendizagem profissional e ao PJA, entre artigos, dissertações e teses. Esses estudos configuram um panorama representativo da produção científica nacional sobre a temática, evidenciando tanto sua consolidação recente quanto as lacunas e recorrências presentes no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A análise quantitativa demonstra que as dissertações de mestrado concentram a maior parte das produções, seguidas de teses de doutorado e artigos científicos. A predominância de dissertações evidencia que o tema tem sido explorado, sobretudo, nos programas de pós-graduação, mas ainda carece de aprofundamento teórico e longitudinal que costuma ser desenvolvido em teses de doutorado.

Em relação à distribuição institucional e geográfica, constatou-se uma concentração expressiva de estudos nas regiões Sul e Sudeste, em especial nas universidades federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais. Essa concentração reflete a estrutura histórica da pós-graduação brasileira, que pode evidenciar desigualdades regionais que impactam diretamente a visibilidade da produção científica sobre políticas de juventude e trabalho.

Do ponto de vista temático, observa-se uma diversidade de abordagens, mas com ênfase predominante em análises voltadas à inserção no mercado de trabalho e à dimensão normativa e administrativa do PJA. São recorrentes as discussões sobre o papel do Estado e das empresas na efetivação da Lei nº 10.097 (Brasil, 2000) e na execução da política pública de aprendizagem profissional. Ainda que alguns estudos apresentem olhares críticos sobre a precarização do trabalho juvenil, a maioria adota um viés funcionalista, centrado na empregabilidade e na adequação dos jovens às demandas empresariais.

Em contrapartida, nota-se que poucos trabalhos exploram o caráter educativo, emancipatório e reflexivo do processo de aprendizagem, o que revela uma lacuna importante no campo. A análise dos dados evidencia que as dimensões formativas e sociais do programa são frequentemente tratadas de forma secundária, quando comparadas às questões de gestão e desempenho.

Por fim, cabe ressaltar que o corpus analisado expressa o movimento crescente de interesse acadêmico pelo tema, sobretudo a partir de 2016, ano em que se ampliaram os debates sobre juventude, políticas públicas e reformas trabalhistas. Entretanto, a concentração temporal dos estudos mais recentes indica que o campo ainda se encontra em fase de consolidação, necessitando de abordagens críticas que articulem a aprendizagem profissional às contradições entre capital e trabalho, bem como às transformações contemporâneas do mundo produtivo.

A seguir, apresentam-se cronologicamente os trabalhos identificados no eixo mercado de trabalho, organizados conforme o tipo de produção (artigo, dissertação ou tese), o ano de publicação, bem como seus respectivos autores e títulos.

Quadro 2 – Resultados de trabalhos: Eixo inserção no mercado de trabalho

Tipo	Ano – Autor	Título
Artigo	2022 – Silva & Silva	Jovem aprendiz: desenvolvimento da formação técnico-profissional em uma construtora na cidade de João Pessoa, Paraíba. < link >
Dissertação	2022 – Coêlho	Aprendizagem no contexto do trabalho a partir da Lei 10.097/2000: uma análise de teses e dissertações no campo da educação. < link >
Artigo	2021 - Santos & Dal Magro	Desafios para a inserção e permanência dos alunos nas empresas vinculadas ao Programa Jovem Aprendiz do Senac Chapecó, SC. < link >
Tese	2021 – Conceição	Estudante-trabalhador e a socialização profissional: contradições da Lei do Jovem Aprendiz na região da Grande Florianópolis/SC. < link >
Dissertação	2021 – Rosa	Programa Jovem Aprendiz: as contribuições da formação para inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho. < link >
Dissertação	2021- Silva	Um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante no sul do Brasil: o que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz? < link >
Dissertação	2018 – Pogorzelski	Trabalho, juventude e educação profissional: o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR. < link >
Dissertação	2017 – Machado	Programa Jovem Aprendiz e mercado de trabalho: uma análise a partir dos alunos egressos dos cursos promovidos pelo SEST/SENAT no município de Pelotas (2015). < link >
Tese	2017 – Soares	<i>Three essays on vocational education in Brazil</i> (Três ensaios sobre educação profissional no Brasil). < link >
Dissertação	2015 – Gonçalves	Jovem e programa de aprendizagem: proteção ou desamparo? < link >
Dissertação	2014 – Retiz	O jovem e o mercado de trabalho: uma análise da inserção através do Programa Jovem Aprendiz implementado pelo SENAC em Sorriso/MT. < link >
Tese	2014 – Assunção	Metrópole digital: o jovem aprendiz na educação tecnológica. < link >

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O eixo sobre inserção no mercado de trabalho reuniu pesquisas que tratam da potencialidade do PJA na formação e na integração dos jovens no mundo do trabalho. Foram identificados doze estudos entre artigos, dissertações e teses, organizados cronologicamente. Esses trabalhos apresentaram tanto os aspectos formativos quanto os desafios estruturais da política de aprendizagem no Brasil, permitindo evidenciar as contradições entre a promessa de inclusão e as condições reais de inserção profissional dos jovens.

De forma geral, observa-se que as pesquisas se pautam em metodologias qualitativas, majoritariamente com entrevistas, questionários e análises documentais, ainda que algumas incluam

abordagens mistas ou quantitativas. Essa predominância de abordagens qualitativas demonstra o interesse dos autores em compreender as percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos sujeitos participantes aos processos de aprendizagem e inserção profissional.

No plano teórico, o eixo articula diferentes perspectivas. Há expressiva presença do referencial marxista e da tradição crítico-emancipatória, representada por autores como Marx (1996; 2008) e Frigotto (1989; 2004; 2007), que problematizam o papel do trabalho como princípio educativo e a dualidade estrutural entre educação e mercado. Ao lado desses, autores como Freire (1996; 2000; 2014) enfatizam o sentido humanista da formação e a necessidade de uma prática pedagógica que articule teoria, prática e reflexão crítica. As contribuições de Pochmann (2005; 2007; 2010) e Kuenzer (2002; 2007) fortalecem a análise das transformações no mundo do trabalho e das políticas educacionais sob o avanço do neoliberalismo, apontando a precarização e a fragmentação da formação juvenil.

Do ponto de vista analítico, os estudos indicam que a Lei nº 10.097 (Brasil, 2000) consolidou a aprendizagem como política de transição escola-trabalho, porém ainda subordinada à lógica produtiva capitalista. O discurso da “empregabilidade” substitui o da formação integral, configurando uma pedagogia adaptativa e funcionalista. Nesse sentido, as leituras de Marx (2008) e Gramsci (1999) revelam-se centrais para compreender que o PJA tende a reproduzir a divisão social do trabalho, mantendo os jovens das classes populares em ocupações de baixa qualificação.

As conclusões convergem para a necessidade de reestruturação do PJA em bases emancipatórias. Saviani (2007) e Frigotto (2004) defendem uma educação politécnica que una trabalho, ciência e cultura, rompendo com a fragmentação imposta pela lógica do capital. A incorporação dessas perspectivas teóricas ao debate sobre o PJA sugere que a inserção no mercado de trabalho não deve ser entendida apenas como acesso ao emprego, mas como possibilidade de formação humana integral e de construção da cidadania.

De modo geral, as pesquisas mapeadas neste eixo apontam que o PJA cumpre parcialmente sua função social, pois promove oportunidades iniciais, mas permanece preso a uma estrutura de formação que não garante inserção sustentável nem transformação das desigualdades históricas. A ênfase no trabalho como mercadoria, em detrimento do trabalho como princípio educativo, reproduz a alienação e limita o potencial emancipador da educação profissional. Assim, o eixo “Inserção no mercado de trabalho” evidencia um campo de tensões entre inclusão e precarização, cuja superação exige políticas integradas de educação, trabalho e juventude pautadas em uma concepção crítica e transformadora de formação.

Já o eixo Políticas Públicas apresenta-se os trabalhos identificados, organizados conforme o tipo de produção (artigo, dissertação ou tese), o ano de publicação, bem como seus respectivos autores e títulos.

Quadro 3 – Resultados de trabalhos: Eixo Política Pública

Tipo	Ano – Autor	Título
Dissertação	2021 – Moherdaui	Projeto de vida de jovens aprendizes: reflexões sobre as contribuições dos programas de aprendizagem. < link >
Artigo	2020 – Belmiro & Lucena	A relação entre juventude, trabalho e educação profissional no século XXI. < link >
Dissertação	2019 – Silva	O jovem aprendiz e a Lei de Aprendizagem em uma escola de ensino médio da rede estadual na zona leste de Manaus. < link >
Dissertação	2018 – Belmiro	Juventude e formação profissional a partir da reestruturação produtiva do capital no século XX: uma análise sobre o Programa Jovem Aprendiz da cidade de Monte Carmelo (2016 - 2018). < link >
Dissertação	2018 – Santos	O PRONATEC: mediação para o fomento do mercado da educação profissional. < link >
Dissertação	2016 – Provenzi	Ser competente: a nova senha identitária - uma análise dos discursos de identidade nas políticas públicas. < link >
Artigo	2010 - Sgarbi & Ferrante	A Lei da Aprendizagem: uma solução possível para a questão do trabalho infanto-juvenil. < link >

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Neste eixo reuniram-se pesquisas que tratam o PJA como política pública de formação profissional e de inserção social, examinando sua formulação, implementação e efeitos no campo da educação e do trabalho. As investigações localizadas abordam o PJA a partir de um olhar sobre o papel do Estado, a legislação que o institui e as contradições que permeiam sua aplicação prática. O eixo abrange sete produções entre artigos e dissertações, as quais revelam uma trajetória marcada por avanços normativos e, simultaneamente, por limitações estruturais que podem comprometer a efetividade da política de aprendizagem no Brasil.

As pesquisas reunidas nesse eixo se caracterizam predominantemente por abordagens qualitativas, que privilegiam a análise documental, entrevistas e estudos de caso. Essas escolhas metodológicas indicam a predominância de pesquisas que buscam compreender os sentidos atribuídos à política de aprendizagem e os impactos concretos de sua aplicação nos diferentes contextos sociais e educacionais.

Os estudos mapeados apresentam um corpo teórico consistente, que dialoga com autores centrais na análise crítica da educação e do trabalho. Entre os mais recorrentes destacam-se Frigotto (2004; 2010), Antunes (2009), Saviani (2012), Abramo (2005; 2008), Sposito (2003; 2008), Carrano (2014) e Dayrell (2003). Esses autores sustentam a crítica ao caráter adaptativo e focalizado das políticas públicas voltadas à juventude, evidenciando a subordinação das ações formativas à lógica do mercado. Frigotto e Saviani denunciam a subordinação das políticas educacionais às exigências do capital e defendem uma formação integral, pautada no trabalho como princípio educativo. Antunes (2009) e Marx (2004; 2009) permitem compreender as mudanças estruturais no mundo do trabalho, a precarização e a mercantilização da força de trabalho juvenil. Já Abramo (2005; 2008) e Sposito (2003; 2008) contribuem para o entendimento sociológico da juventude como categoria plural, historicamente condicionada por desigualdades de classe, gênero e território. Essas bases teóricas

convergem na defesa de políticas emancipatórias, voltadas para o direito à formação humana plena, e não apenas para a empregabilidade.

As pesquisas apontam que o PJA é uma política pública de duplo caráter: de um lado, amplia o acesso dos jovens ao trabalho formal; de outro, mantém uma lógica instrumental e seletiva que reforça desigualdades. O conjunto dos estudos analisados neste eixo demonstra que, embora o PJA represente um marco legal importante no enfrentamento da informalidade e no acesso dos jovens ao primeiro emprego, ele permanece atravessado por contradições estruturais. A predominância de políticas focalizadas e a ausência de um projeto de Estado de caráter universal comprometem a consolidação do direito à educação e ao trabalho digno.

A leitura crítica amparada em Marx (2004; 2009), Frigotto (2004; 2010), Saviani (2012) e Antunes (2009) evidencia que o PJA tem operado mais como mecanismo de regulação social do trabalho juvenil do que como instrumento de emancipação. O programa, concebido sob a lógica da empregabilidade, reforça a adaptação do jovem às exigências do capital, sem promover a transformação das condições objetivas de exclusão.

Assim, este eixo revela que as políticas públicas de aprendizagem precisam ser reformuladas sob um paradigma de educação crítica e emancipatória, que compreenda o trabalho como dimensão ontológica da formação humana. Tal perspectiva exige do Estado não apenas a criação de vagas de aprendizagem, mas o fortalecimento de políticas integradas que articulem educação, formação e cidadania, superando o caráter compensatório e utilitarista que ainda predomina na legislação e na prática do PJA.

A seguir, apresentam-se os trabalhos identificados no eixo Ensino e Aprendizagem, organizados conforme o tipo de produção (artigo, dissertação ou tese), o ano de publicação, bem como seus respectivos autores e títulos.

Quadro 4 – Resultados de trabalhos: Eixo Ensino e Aprendizagem

Tipo	Ano – Autor	Título
Tese	2022 – Nascimento	Sonhar uma escola: ser uma escola que forma para o trabalho não significa ser a empresa que os jovens trabalham. < link >
Dissertação	2021 – Correia	Trabalho e educação: centralidade e princípio formativo nos Programas de Aprendizagem Profissional. < link >
Dissertação	2021 – Moura	Relações étnico-raciais na educação profissional: currículo e práticas pedagógicas. < link >
Tese	2019 – Hickmann	Relações interpessoais e valores humanos na escola: uma inserção ecológica. < link >
Dissertação	2018 – Rodrigues	Juventudes, escolarização e projetos futuros: narrativas de jovens alunos/as do ensino médio de uma escola pública de Maceió. < link >
Dissertação	2017 – Marcon	Saberes construídos e mediados por educadores sociais: impactos na formação crítico-reflexiva de jovens. < link >
Artigo	2016 - Barrero & Abegg	Resolução de problemas e integração das TIC em microprojetos como inovação na educação profissional. < link >

Dissertação	2016 – Marques	Inteligência emocional e gestão de conflitos na sala de aula: interfaces razão-emoção a partir de relatos e reflexões docentes. < link >
Dissertação	2016 – Croti	Aprender a aprender: a autorregulação na perspectiva cognitiva da aprendizagem no contexto do ensino profissionalizante. < link >
Dissertação	2015 – Barrero	A integração das TIC no contexto do programa de aprendizagem no transporte: possibilidades e realizações. < link >
Dissertação	2015 – Rockenbach	Jovens aprendizes contemporâneos: "eu acredito é na rapaziada" - problematizando o programa de aprendizagem profissional. < link >

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O eixo “Ensino e Aprendizagem” contempla pesquisas que abordam o PJA a partir da perspectiva pedagógica, com foco nos processos formativos, nas práticas educativas e na relação entre o ensino teórico e a aprendizagem prática desenvolvida nos espaços de formação e trabalho. O conjunto de estudos localizados revela a preocupação em compreender como se materializa a proposta pedagógica da aprendizagem profissional, quais metodologias são empregadas e de que modo a formação contribui (ou não) para o desenvolvimento integral dos jovens participantes. Os onze trabalhos encontrados mostram uma diversidade de contextos e abordagens, mas convergem ao apontar a necessidade de ressignificar o ensino e a prática educativa no PJA, superando o viés instrumental e aproximando-se de uma concepção de formação crítica e emancipatória.

As metodologias empregadas nos estudos deste eixo são majoritariamente qualitativas, com destaque para o uso de entrevistas semiestruturadas, questionários, observação participante e análise documental. A forte presença de metodologias qualitativas evidencia o predomínio de abordagens interpretativas e compreensivas, voltadas à análise do sentido atribuído pelos sujeitos à experiência da aprendizagem, o que reforça o caráter desse eixo.

Os referenciais teóricos recorrentes nas produções desse eixo articulam fundamentos da pedagogia crítica, da educação emancipatória e da reflexividade docente. Destacam-se autores como Paulo Freire (1996; 2000; 2014), Donald Schön (2000), Antunes (2009; 2013), Saviani (2007), Kuenzer (2002; 2007), Charlot (2008; 2013) e Frigotto (2004; 2010).

Freire e Schön são especialmente centrais para as análises que tratam da formação reflexiva e da relação entre teoria e prática. Freire (1996) é mobilizado para defender uma prática educativa dialógica e libertadora, enquanto Schön (2000) fundamenta a necessidade de o professor e o instrutor se constituírem como “profissionais reflexivos”, capazes de repensar suas ações diante da experiência concreta.

Saviani (2007) e Frigotto (2004), por sua vez, sustentam uma perspectiva crítica do trabalho como princípio educativo, apontando que a formação profissional deve ser entendida como mediação entre o saber científico, técnico e cultural. Kuenzer (2002) e Charlot (2013) contribuem com a discussão sobre o sentido do aprender e sobre o papel da escola e das instituições de ensino na construção de identidades e valores no mundo do trabalho.

Esses referenciais evidenciam a convergência das pesquisas em torno de uma concepção de ensino que valoriza a práxis, a reflexão e a emancipação, contrapondo-se à visão tecnicista e mercadológica da formação.

Os estudos analisados no eixo “Ensino e Aprendizagem” evidenciam que o PJA, embora promova oportunidades formativas, ainda enfrenta desafios para consolidar uma proposta pedagógica integrada e coerente com os princípios da educação emancipadora.

As produções reunidas neste eixo demonstram que a dimensão pedagógica do PJA é central para a efetivação de sua proposta social, mas também constitui seu maior desafio. Embora o PJA proporcione vivências formativas relevantes, a prevalência de concepções tecnicistas e a distância entre os espaços de ensino e de prática limitam o potencial emancipatório da política.

De modo geral, o eixo “Ensino e Aprendizagem” evidencia que a efetivação do PJA como política formativa emancipadora depende da construção de uma pedagogia crítica, que promova a consciência de classe, a autonomia intelectual e o protagonismo juvenil. Essa transformação requer o rompimento com a lógica da empregabilidade e a reafirmação da educação como direito e processo de humanização.

No eixo reflexividade apresentam-se os trabalhos identificados no Quadro 5 (na página seguinte).

No eixo reflexividade reuniram-se as produções que discutem o papel da reflexão crítica nos processos formativos do PJA, especialmente no que tange à constituição de sujeitos conscientes de sua trajetória educacional, profissional e social. As pesquisas localizadas enfatizam a importância da formação como espaço de autoconhecimento e de construção de sentido no trabalho, articulando as dimensões cognitiva, ética e social do aprender. Os estudos que compõem este eixo apresentam abordagens teóricas que dialogam com autores da pedagogia crítica, da sociologia da educação e da epistemologia da prática, com destaque para Donald Schön (2000), Paulo Freire (1996; 2000; 2014), Charlot (2008; 2013) e Tardif (2002).

A ênfase na reflexividade expressa uma preocupação crescente nas pesquisas em educação profissional: compreender como os sujeitos elaboram e reinterpretam suas experiências no processo de aprendizagem e de inserção no mundo do trabalho. Nesse contexto, o eixo busca analisar em que medida o PJA contribui para a formação de profissionais capazes de pensar criticamente sobre sua prática, reconhecendo o trabalho como mediação para a emancipação humana e não apenas como exigência de produtividade.

Quadro 5 – Resultados de trabalhos: Eixo Reflexividade

Tipo	Ano – Autor	Título
Artigo	2024 – Araújo; Carvalho	Pesquisa-ação e aprendizagem docente: reflexões sobre desenvolvimento profissional
Artigo	2023 – Oliveira, Buzzi, Munhoz	A reflexividade como fundamento do desenvolvimento profissional docente.
Artigo	2023 – Sarmiento; Costa; Costa	Relatos de experiência, documentação pedagógica e aprendizagem profissional: observar as crianças e, com elas, promover práticas pedagógicas significativas
Artigo	2023 – Vieira; Vieira	Como me fui tornando educador social: reflexividade, redescoberta de si e (trans)formações pessoais e profissionais
Artigo	2022 – Arenhaldt <i>et al.</i>	O desenvolvimento profissional docente do ensino superior e as abordagens biográficas em educação: revisão narrativa e entrelaçamentos emergentes
Artigo	2021 – Ferragini; Silva	Autoavaliação e estágio supervisionado na formação inicial docente: perspectivas crítico-reflexivas
Dissertação	2019 – Souza	Os sentidos atribuídos ao trabalho e a prática docente em educação profissional e tecnológica
Artigo	2017 – Martins; Curi	Grupos colaborativos: um olhar reflexivo para o desenvolvimento profissional de professores de matemática
Artigo	2017 – Therrien; Azevedo; Lacerda	A racionalidade pedagógica nos processos de mediação à produção de sentidos e de aprendizagem aos saberes
Artigo	2015 – Nóbrega-Therrien, S. M. <i>et al.</i>	Pesquisa como princípio educativo na docência universitária: território de ensino e aprendizagem
Artigo	2014 – Khaoule; Carvalho	O estágio na formação de formadores: superar o modelo, ultrapassar a técnica, efetivar a reflexão.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As pesquisas deste eixo utilizam predominantemente abordagens qualitativas, sustentadas em metodologias como entrevistas em profundidade, análise de narrativas e estudos de caso. A análise documental e interpretativa também aparece como metodologia complementar, especialmente em estudos que investigam os planos pedagógicos e relatórios institucionais das entidades formadoras, a fim de verificar se há, no discurso institucional, elementos que estimulem a aprendizagem reflexiva. Essa predominância de metodologias qualitativas evidencia o interesse em captar as dimensões subjetivas da formação e as percepções dos sujeitos, em consonância com a proposta epistemológica do pensamento reflexivo.

O campo teórico do eixo é ancorado principalmente em Donald Schön (2000) e Paulo Freire (1996; 2000; 2014), cujas obras fundamentam a concepção de educação como prática de reflexão e transformação. Schön (2000) propõe o conceito de profissional reflexivo, isto é, aquele que pensa sobre sua ação enquanto age, reelaborando continuamente sua prática a partir da experiência. Essa noção é amplamente mobilizada pelos pesquisadores para discutir a necessidade de que os educadores e os aprendizes desenvolvam uma postura investigativa e crítica diante das situações concretas de

trabalho. Freire (1996; 2000), por sua vez, inspira a discussão sobre a consciência crítica e o diálogo como fundamentos do processo educativo.

As onze produções mapeadas revelam que a reflexividade, embora reconhecida como princípio educativo, ainda encontra dificuldades para se consolidar como prática efetiva no âmbito do PJA. As pesquisas reunidas neste eixo demonstraram que a reflexividade constitui elemento fundamental para o fortalecimento da formação crítica e emancipatória dos jovens aprendizes. No entanto, a materialização desse princípio ainda é incipiente nas práticas pedagógicas das instituições formadoras e nas empresas participantes do PJA. Predomina uma concepção operacional de aprendizagem, que privilegia o fazer em detrimento do pensar sobre o fazer.

De modo geral, os estudos indicam que avançar na consolidação da reflexividade requer romper com o paradigma da empregabilidade e construir uma pedagogia da práxis — crítica, participativa e transformadora. Essa pedagogia deve reconhecer o aprendiz como sujeito histórico e o trabalho como espaço de formação integral, reafirmando a centralidade da reflexão como condição essencial da educação emancipatória.

2.3 Tendências e lacunas teóricas

A partir da análise qualitativa dos trabalhos selecionados, foi possível identificar quatro eixos temáticos principais, que expressam as tendências predominantes na produção científica sobre o PJA no período analisado.

A análise dos quatro eixos permite compreender que a produção acadêmica sobre o PJA, embora crescente, apresenta uma tendência dominante de caráter instrumental, alinhada à lógica da formação por competências e à ideologia da empregabilidade. Essa tendência, como discutem Antunes (2013, 2014) e Laval (2021), reflete a hegemonia de um modelo de educação subordinado às necessidades do capital, em detrimento de uma concepção de formação humana integral e emancipatória.

Entre as lacunas teóricas identificadas, destacam-se:

1. a ausência de estudos que integrem a análise da política pública às dimensões pedagógicas e formativas do programa;
2. a carência de abordagens críticas que relacionem juventude, trabalho e desigualdade social;
3. e a falta de investigações que considerem a aprendizagem profissional como espaço de reflexividade e construção da consciência de classe.

Essas lacunas indicam a necessidade de um redirecionamento teórico e metodológico das futuras pesquisas, de modo que o PJA seja compreendido não apenas como instrumento de inserção laboral, mas como política educacional voltada ao desenvolvimento humano integral.

Dessa forma, o estado do conhecimento aqui apresentado reafirma sua importância enquanto metodologia de caráter reflexivo e sistematizador, capaz de revelar as tendências e silêncios da produção científica e de contribuir para a consolidação de novas perspectivas no campo de estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre o PJA no Brasil no período de 2014 a 2024, buscando compreender como a aprendizagem profissional tem sido tratada na pesquisa acadêmica e quais tendências e lacunas teóricas orientam o campo. Fundamentado na metodologia do estado do conhecimento, conforme os pressupostos de Morosini e Fernandes (2014) e Morosini, Santos e Bittencourt (2021), o artigo evidenciou que a produção sobre o tema, embora crescente, ainda se encontra em processo de consolidação, caracterizando-se por abordagens predominantemente descritivas e funcionais.

O levantamento resultou em trabalhos analisados, distribuídos entre artigos, dissertações e teses, os quais foram agrupados em quatro eixos temáticos — Inserção no mercado de trabalho, Política pública, Ensino e aprendizagem e Reflexividade. Essa categorização permitiu identificar um predomínio de estudos voltados à compreensão do PJA como política de transição ao emprego formal, em detrimento de abordagens que problematizem sua dimensão educativa, social e emancipatória.

A análise revelou que a maior parte dos estudos adota uma perspectiva instrumental, centrada na lógica da empregabilidade e na adequação do jovem às demandas produtivas. Em contrapartida, são escassos os trabalhos que abordam a formação integral e reflexiva do aprendiz, bem como os que buscam articular a política de aprendizagem às contradições estruturais do mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo. Tais constatações reforçam as críticas de autores como Antunes (2013, 2014) e Laval (2021), ao apontarem a predominância de políticas educacionais orientadas pela racionalidade neoliberal, que tende a reduzir o trabalhador a mero recurso produtivo.

No plano teórico-metodológico, o estudo reafirma a relevância do estado do conhecimento como ferramenta de sistematização e reflexão epistemológica, indispensável à construção de novas agendas de pesquisa. Essa metodologia, ao mapear e interpretar criticamente o que já foi produzido, permite não apenas compreender o campo investigativo, mas também desbloquear novas possibilidades de análise e aprofundamento teórico, como argumentam Morosini e Fernandes (2014) e Morosini, Santos e Bittencourt (2021).

Constata-se, assim, que o PJA permanece um campo fértil de investigação para os estudos em Educação e Trabalho, especialmente se abordado sob perspectivas que valorizem a formação humana, a emancipação e a construção da consciência crítica. A ausência de debates consistentes sobre a reflexividade — eixo ainda incipiente, mas central para compreender o papel educativo da aprendizagem profissional — evidencia um espaço de pesquisa relevante a ser explorado por estudos futuros. Além disso, a incorporação de abordagens interdisciplinares e críticas que dialoguem com o marco legal da aprendizagem profissional pode ampliar a compreensão sobre a efetividade e os limites do programa.

Por fim, o presente artigo contribui para o avanço do debate científico ao oferecer uma visão panorâmica e crítica da produção acadêmica brasileira sobre o tema, evidenciando a necessidade de superar leituras meramente técnico-instrumentais e de fortalecer investigações que articulem as dimensões política, pedagógica e social da aprendizagem profissional. Espera-se, com isso, que este estado do conhecimento subsidie novas pesquisas, ampliando o entendimento sobre os desafios e as potencialidades da formação de jovens trabalhadores no Brasil e amplie os horizontes sobre o papel do estado do conhecimento em áreas como da educação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a aprendizagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.
- DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1105-1128, 2007.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez. 2003.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 7.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.
- FRIGOTTO, G. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. Boletim Técnico Do Senac, 25(2), 30-45. 2017.
- FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: Juventude e Sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs.). Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2004.
- FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 77-108.
- FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. Educação & Sociedade, Campinas. Vol. 28, n. 100, especial, p. 1129 - 1152, out. 2007.
- KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. Boletim Técnico Do Senac. 28(2), 2-11. 2002.
- KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

- LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARX, K. Contribuição para a crítica da econômica política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos [1844]. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. Miséria da filosofia. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone. 2004.
- MARX, K. O Capital - Livro 1: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: reflexões teórico-metodológicas. Revista Educação, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 61–74, jan./abr. 2014.
- MOROSINI, Marília Costa; SANTOS, Ana Cláudia; BITTENCOURT, Livia. Estado do conhecimento: procedimentos e estratégias de análise da produção científica. Revista Brasileira de Pesquisa Educacional, v. 7, n. 2, p. 45–63, 2021.
- SCHÖN, Donald A. Educating the Reflective Practitioner: Toward a New Design for Teaching and Learning in the Professions. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 5. ed. Petrópolis, Vozes: 2002. 325p.

Recebido em: 15 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 30 de março de 2026.

ⁱ Jaíne Motta Santana Abrahan. Doutoranda em Educação IFSul, Mestra em Administração FURG. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia e Trabalho (GEPETT). Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5477111722257207>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7496-4177>

E-mail: jainemottasantana@gmail.com

ⁱⁱ Guilherme Ribeiro Rostas. Doutor em Política Social e Direitos Humanosa (UCPel), Professor (Titular) permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia e Trabalho (GEPETT). Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3514196639632121>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5371-8396>

E-mail: guilhermerostas@ifsul.edu.br